



**Local:** salão nobre do edifício sede do município de Armamar -----

**Data:** 30 de setembro de 2020 -----

**Abertura da reunião:** dezassete horas e dez minutos quando, no uso de competências próprias, o presidente da assembleia municipal de Armamar, Mário Torres Marta, deu início à única reunião na presente sessão, dirigindo os trabalhos, depois de verificada a existência de quórum, tendo Maria do Carmo Sousa Ferreira desempenhado as funções de 1.ª secretária e António Manuel Correia Cardoso Pinto, 2.º secretário ----

### **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

A mesa da assembleia municipal, justificou a falta dada na primeira e única reunião da sessão de junho de 2020 a Rui Gaspar e comunicou a substituição, na presente sessão de Paulo Vieira por Carlos Trindade, de Manuel Paiva por Catarina Gouveia e de Rui Gaspar por Ana Azevedo. -----

A sessão iniciou-se com a ausência de Filipe Almeida e Luís Pinto. -----

**Presidente da assembleia municipal,** deu conta à assembleia de que no próximo dia 13 de outubro decorrerá a eleição para o novo presidente da Comissão de Coordenação da Região Norte, pelo que se torna necessária a realização de sessão de assembleia municipal extraordinária, uma vez que todos seus membros e presidentes de junta terão de votar, assim como os membros do órgão executivo. Acrescentou que, oportunamente, irá ser feita a comunicação e apelou à participação de todos. -----

Relativamente à intervenção de Paulo Tolda, na última assembleia, no que diz respeito à solicitação de esclarecimentos ao Revisor Oficial de Contas, Dr. Vítor Campos, partilhou com todos e, em particular, com o senhor deputado que o revisor já respondeu ao seu e-mail mas fê-lo em tempo não oportuno impossibilitando-o de poder analisar o documento. Disse que falou com ele via telefone e este mostrou-se disponível para vir à assembleia partilhar o que “entendêssemos” ser do interesse do município. Referiu, ainda, que na conversa com o ROC também o questionou quanto aos atrasos

no envio da Certificação Legal de Contas dos anos anteriores e, em relação ao ano de 2019, disse que teve a ver com alguns dos seus casos processuais internos e em 2020 justificou-se com a situação da Covid-19. Viu nele uma pessoa extremamente competente e disponível no apoio que está a dar ao município. Pediu desculpa por uma falta da mesa, nomeadamente, da sua pessoa enquanto presidente da assembleia, relacionada com a criação do grupo de trabalho para discussão da transferência de competências para os municípios e criação do projeto de regulamento das isenções das taxas municipais. Disse que irá fazê-lo muito em breve. Na assembleia anterior foi deliberado que o grupo seria constituído por sete elementos, pelo que será enviada comunicação ao representante de cada grupo municipal para designar as pessoas que irão fazer parte desse grupo. Disse que não o faz no dia de hoje porque quer partilhar e definir com os restantes elementos da mesa os critérios de convite para constituição do grupo. -----

**Presidente da câmara municipal**, cumprimentou os presentes e justificou a falta da vereadora Cláudia Damião dizendo que esta se encontra numa reunião da Associação de Municípios do Vale do Douro Sul, para ultimar uma candidatura no âmbito cultural. Como a informação referente ao período que mediou a última assembleia e esta, em relação à atividade da autarquia, foi distribuída por todos, deixou apenas alguns considerandos. Começou por partilhar, com a assembleia, os dados de incidência da Covid-19 no concelho e disse que, até ao dia de hoje, o número total de infetados foi de 12, sendo que onze estão recuperados e existe, apenas, um caso ativo que não inspira preocupação na comunidade, uma vez que é de alguém que tem domicílio fiscal no concelho mas não reside cá. Durante este período houve um aumento significativo, tendo em conta o número de infetados desde a última assembleia até esta. Passou de três para doze. Por enquanto não há motivos para preocupação mas, também, não há motivos para baixar a guarda no que respeita ao cumprimento das regras emanadas pela



Direção Geral de Saúde. Como é do conhecimento geral, o foco de Covid que aconteceu, foi numa família em que dois dos infetados são funcionários de lares e nesse sentido, houve uma colaboração estrita entre a câmara e as IPSS em causa. Deixou uma palavra de apreço pela forma colaborante de todas as entidades. Em menos de 24 horas as IPSS testaram os seus colaboradores e, depois, a autoridade de saúde local, testou todos os utentes. Existiu uma colaboração próxima para que se pudesse aferir se haveria, ou não, motivos de preocupação. Felizmente, correu tudo bem. Deixou um agradecimento geral a todas as entidades que, têm colaborado, de uma forma muito empenhada, para fazer face a esta pandemia mundial e uma palavra de reconhecimento e apreço à população que, de um modo geral, tem cumprido as diretrizes da Direção Geral de Saúde. Referiu-se à abertura do ano escolar dizendo que aconteceu acerca de dez dias e, devido às contingências da pandemia, foi um ano atípico e diferente que obrigou a reformular tudo aquilo a que “estávamos” habituados. Agradeceu ao senhor vereador da educação, António Silva, o empenho que teve durante este período, em conjunto com o agrupamento de escolas, com os pais e todos os que fazem parte deste grande grupo. Só com a colaboração conjunta isso é possível. O novo ano iniciou com a normalidade possível, tirando uma ou duas situações que foram necessárias rever. Nesse sentido, o município esteve muito atento, distribuiu por todos os alunos máscaras de proteção individual. No que respeita ao jardim de infância e primeiro ciclo que são da responsabilidade direta do município, as escolas foram dotadas dos equipamentos necessários para a prevenção da pandemia desde máscaras, tapetes de desinfeção, termómetros e tudo o que “nos” foi solicitado. Em termos de transportes escolares, devido à limitação da lotação dos veículos, que passou a ser de dois terços da sua houve necessidade de fazer alguns ajustamentos e duplicar quase os circuitos mas, no geral, tendo em conta as contingências, o balanço foi positivo. Fez saber que, durante este período, foram lançados os procedimentos para uma série de investimentos no

município e adjudicadas uma série de obras, tais como: a eficiência energética do edifício que, já, se encontra em fase de obra, a eficiência energética em termos de iluminação pública, , a obra da Adegas Cooperativas de Armamar que tanta discussão deu na assembleia, foi lançado o concurso do pavilhão Gimnodesportivo de Armamar que foi anulado, em reunião extraordinária da câmara municipal, na passada segunda feira, uma vez que em fase do procedimento, em termos de erros e omissões, foram levantadas uma série de questões por um dos concorrentes e, quer o júri do concurso, quer a equipa de projetistas admitiram que haviam algumas falhas nesse projeto, nomeadamente no que respeitava ao projeto de especialidades do Avac e outros acertos. Houve a necessidade de anular o concurso porque as peças processuais iam ser alteradas. No entanto, julga haver condições para, na próxima reunião de câmara, se aprovarem os novos projetos e lançar o procedimento. -----

#### **Exposição e tratamento de assuntos gerais de interesse para a autarquia -----**

Abertas as inscrições usaram da palavra os seguintes membros: -----

**José Manuel Marta**, cumprimentou os presentes e referiu que vem intervir na sequência de um comunicado que o PSD colocou no Facebook e que teve oportunidade de ler, em que o PSD de Armamar diz que a oposição não tem valor, que não sabe fazer oposição, dando a entender que a razão está toda do lado do senhor presidente da câmara municipal, o que não é verdade. *“Nem nós somos tão perfeitos como dizemos naquele comunicado, nem a oposição é tão má como diz”*. Trata tudo pela mesma bitola. O senhor presidente não se pode esquecer que se concorresse pelo CDS, pelo PS ou PCP jamais poderia chegar a presidente de câmara, provavelmente. -----

**Presidente da junta de freguesia de Vacalar, Fernando Paiva**, fez a intervenção cujo teor se transcreve: -----

*“Cumprimento os membros da mesa, da câmara municipal, os colegas presidentes de junta de freguesia, os membros da assembleia municipal e o público. -----*



Há tempos, critiquei, aqui, os serviços prestados por algumas empresas. Nessa altura, a mesa da assembleia municipal ficou de constituir um grupo de trabalho para se debruçar sobre o problema. Havia a intenção de reivindicar serviços prestados com mais rapidez e com mais qualidade. Mas, até hoje, nada feito. Entretanto, notei que a RESINORTE mudou alguma coisa em sentido positivo. Mas, as outras, não. Terão, em certos casos, até piorado. A RESUR, comprometeu-se a retirar o lixo doméstico, no São Joaninho, às segundas e sextas e, no Vacalar, às segundas, quartas e sextas. Mas, nomeadamente, na Portela, a recolha só é feita se o contentor estiver a deitar fora, pois caso esteja fechada a tampa, a equipa de recolha passa e não lhe toca. Já no São Joaninho, o serviço só tem sido assegurado à sexta. No lugar da Barroca, no Vacalar, o lixo só é retirado à quinta-feira. Depois de observar o que acabo de lhes dizer, questionei os trabalhadores da empresa que me disseram ser as ordens que têm. -----  
A EDP tarda a fazer o que deve e nem sempre devidamente. Chega a demorar meses a reparar um candeeiro avariado e, por vezes, com falta de rigor. Por exemplo, instalou um candeeiro em propriedade privada quando deveria ter instalado no espaço público e, se não fossem os meus alertas, lá teria ficado. Outro exemplo, foi o que aconteceu quando estiveram no Vacalar a substituir lâmpadas avariadas. Uma freguesia chamou os trabalhadores à atenção para determinada lâmpada avariada e eles responderam que não era nada com eles, mas com o presidente da junta de freguesia. Só que, essa comunicação já tinha sido feita no início do mês de agosto por mim. -----  
Quero com isto dizer que, hoje como no passado, não sou presidente de junta de freguesia pela compensação ou por vaidade, mas para defender os interesses da minha freguesia. Nunca foi fácil. E, nem tinha que ser. Mas é mais difícil quando ninguém respeita ninguém. Porque perde a freguesia e perdemos todos nós, quando o sentimento de impunidade cresce. São exemplo disso, algumas obras feitas na minha freguesia, nos últimos anos, tudo indica, sem licença. —  
Noutro contexto, o do país, percebe-se nitidamente que é habitado por portugueses de primeira e portugueses de segunda. Tivemos a festa do Avante, mas não podemos ter outros eventos tão

ou mais enraizados nos nossos hábitos e costumes. Na sede do nosso concelho todos os serviços de âmbito local estão de portas abertas, mas os serviços públicos dirigidos a partir de Lisboa, como o serviço de finanças e o centro de saúde, têm o acesso fortemente condicionado. Portugal está abalado pelos efeitos da pandemia. Poderia mesmo dizer-se que afinal o diabo chegou, logo quando temos à frente da presidência da república um catavento e à frente do governo o mágico que fez uma vaca voar. Lá atrás, não trataram de dar maior robustez à economia. Agora, decidiram entalar o líder do maior partido da oposição. Na verdade, repete-se a história. Quando havia para gastar, entenderam-se os gastadores de sempre, quando se trata de resolver problemas, a solução é também a de sempre: Portugal e os portugueses, com o PSD. Tenho nisto orgulho.” -----

**Presidente da assembleia municipal**, dado o senhor presidente de junta ter-se dirigido à mesa no que respeita ao grupo de trabalho, referiu que, como este sabe, aconteceu uma reunião neste salão nobre e, entretanto, algo foi feito. Acima de tudo notou que depois daquela reunião, não por influência da assembleia, verificou-se que as Infraestruturas de Portugal têm mantido as valetas limpas quer na EN 222, quer na municipal 313 e colocaram rails de proteção nesta última. Com isto algumas das “nossas” preocupações foram resolvidas. Quanto à EDP disse que tem constatado que andam no terreno a substituir as luminárias. -----

**Presidente da câmara municipal**, em relação ao que foi dito por José Manuel Marta, referiu que um comunicado partidário não é um comunicado do presidente da câmara, nem pessoal. Folga em saber que a sua análise é a de que ninguém chegará a presidente de câmara se não for a concorrer pelo PSD. Isso é quase um cheque em branco. Não quis entrar no conteúdo do comunicado dado ser de um partido político do qual faz parte e não da sua autoria. Em relação à história dos números, em todas as eleições, desde as presidenciais, às europeias ou legislativas e autárquicas também se percebe que



o PSD tem muito melhor resultado para as autárquicas do que para as outras eleições o que significa que os candidatos também valorizam os partidos. -----

Quanto ao que foi dito pelo presidente de junta da freguesia de Vacalar referiu que, é lógico, que há serviços que podem funcionar melhor, outros nem tanto mas para que os serviços funcionem melhor é necessário esse reporte por parte do senhores presidentes de junta. Enquanto o senhor presidente de junta esteve a fazer a sua intervenção e, no que diz respeito à recolha dos resíduos não seletivos, perguntou ao vereador António Silva, detentor do pelouro, se o senhor lhe tinha reportado essas situações e, pelos vistos, não o fez. Tendo em conta a relação institucional existente com todas as juntas de freguesia podiam tê-lo feito de outra forma e não neste fórum pois tem sempre a portas abertas para isso. Se calhar, se tem reportado o assunto quando os serviços começaram a falhar a situação já estaria resolvida. Quanto às outras empresas e serviços, o senhor presidente referiu que a EDP colocou um poste de iluminação pública em propriedade particular mas, com certeza, se o fez não foi a pedido do município, nem com o seu consentimento. São situações que devem ser reportadas para perceber o porquê de acontecerem. No que diz respeito aos serviços prestados, localmente, que têm tutela centralizada em Lisboa, como o serviço de finanças, conservatórias e notariados as regras, não só em Armamar, mas também, no país, são definidas para os grandes centros, para as grandes áreas metropolitanas e percebe-se que nesses possa haver alguns constrangimentos em termos de volume de atendimentos. Não compreende que o mesmo possa ser replicado no resto do país quando as realidades são diferentes. Disse que não percebe por que é que a repartição de finanças de Armamar continua a atender os contribuintes com marcação prévia e por que é que o notário e a conservatória têm o mesmo procedimento. Compreende que o centro de saúde o faça porque há outras regras, como a definição dos planos de contingência e por causa do risco do aglomerado de utentes. Quanto aos outros

serviços entende que deveriam ser prestados conforme a realidade de cada território e não é isso que está a acontecer. Referiu que já teve oportunidade de repudiar esta situação. Sobre o que o senhor presidente disse de que há obras a decorrer na sua freguesia sem licenciamento, é uma situação que desconhece e o senhor presidente da junta enquanto representante de uma entidade local e de proximidade deve reportá-las, por escrito, à câmara, para que esta possa atuar. -----

**Luís Silva**, cumprimentou os presentes e começou por referir que nem de propósito esta temática que acabou de ser abordada pelo senhor presidente da câmara estava prevista ser abordada, por si, nesta sessão. Perante as dezenas, ou, talvez, centenas de obras particulares em curso, um pouco por todo o concelho, é possível constatar que poucas, ou mesmo, muito poucas, se encontram, devidamente, sinalizadas no âmbito do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação. Ou seja, no local, não surge a devida sinalização com indicação das características e não existe referência alguma do respetivo licenciamento. Segundo fonte oficial desta câmara municipal, durante os três anos do presente mandato, foram levantados, apenas, dois autos por falta de licença de construção ou de alteração. Das duas uma, ou as licenças existem e os promotores das obras são pessoas esquecidas e não as expõem e, se assim for, a câmara continua sem fazer o seu papel que é fiscalizar se elas estão, devidamente, sinalizadas ou então este concelho é o paraíso que muitas vezes se houve, aqui, apregoar, pela maioria, já que não há necessidade de cumprir a Lei e licenciar as obras e, claro está, pagando as devidas taxas pelas licenças em causa. Relativamente a um segundo assunto, deixou um alerta relativamente à iluminação pública. Provavelmente, já se aperceberam que muitos dos equipamentos que foram instalados e pagos pela câmara municipal, na primeira vaga de luminárias Led, neste momento, estão com problemas gravíssimos. Acha lamentável que nada tenha sido feito, até ao momento, porque, no mínimo, há a garantia sobre o equipamento que foi aplicado e pago por “*todos nós*”. -----





**Presidente da Junta de freguesia de Santa Cruz, Sara Gouveia,** fez a intervenção cujo teor se transcreve: -----

*“Começo por cumprimentar os membros da mesa da assembleia, os membros do executivo, senhoras e senhores deputados, colegas presidentes de junta e público presente. A Covid-19, aquela palavra que todos já estamos cansados de ouvir falar mas parece que a sua permanência, ainda, está para durar. Na primeira vaga, felizmente, para nós, as coisas foram-se controlando. Tudo era uma novidade e fomos ajustando, cada um no seu bem entender. Dizem os especialistas que caminhamos para uma segunda vaga e se assim for devemos corrigir o que não foi tão bem gerido na primeira fase. Vejamos: não faz sentido, na minha opinião, não existir uma coesão entre as juntas de freguesia. Tivemos juntas a oferecer máscaras descartáveis, à unidade ou à caixa. Juntas a oferecer máscaras reutilizáveis ou gel desinfetante, ou ambas as coisas. Conclusão: uma confusão tremenda que só deu origem a comparações. Mas, pior, a gestão dos cemitérios durante o estado de emergência. As ordens eram claras à data, os cemitérios deveriam estar encerrados ao público. No caso da minha freguesia, por exemplo, quando nos apercebemos que não estavam a ser cumpridas as imposições, foi colocado um cadeado, para evitar que fossem infringidas as regras. Qual o meu espanto quando sou confrontada com cemitérios em normal funcionamento. Isto é grave, por tudo o que coloca em causa. Não só pela questão da propagação, mas também, porque demonstra uma falta de coesão, de entendimento e de bom funcionamento do que é a gestão local e os seus representantes. Já, há, uns meses que nos separam destes episódios, é certo, mas a confirmar-se a segunda vaga e a termos que tomar novamente medidas mais apertadas, que sejam acarretadas por todos e que haja uma sintonia entre as freguesias para o bem comum. Obrigada!” -----*

**Presidente da câmara municipal,** quanto à intervenção de Luís Silva e no que diz respeito ao licenciamento de obras quer, agora, com a Covid-19, quer nos anos anteriores com a crise que assolou a área da construção civil, o município de Armamar

não teve grandes quebras no número de licenciamentos de obras particulares. Discorda, totalmente, quando Luís Silva diz que há dezenas, ou “quijá”, centenas de obras não licenciadas. Pode haver algumas falhas no que diz respeito a obrigações, quer do dono da obra, quer por parte dos empreiteiros, com afixação do cartaz com a licença e ocupação da via pública sinalizada. Acredita que a maior parte dos casos se tratem dessas situações, como acredita que possa haver obras não licenciadas das quais não haja conhecimento. Nesse sentido apelou a todos, não só aos senhores presidentes de junta e deputados, mas também à sociedade civil, que reportem essas situações à câmara para que se possa atuar. Muitas vezes, não está em causa a falta de fiscalização mas sim de conhecimento de que determinadas obras possam estar a acontecer. Isto, não é o paraíso das obras ilegais, como quer fazer passar. Em relação à iluminação pública percebe bem o que diz. É uma situação que “nos” diz respeito e aquelas luminárias da primeira tecnologia Led que foram pagas pelos municípios e homologadas pela EDP, quando foram colocadas foi dada essa garantia e, se assim não fosse, a própria EDP não garantia a manutenção das mesmas. Têm dado bastantes problemas em vários concelhos, para não falar em todo o país. Já foram reportadas várias situações e uma delas, talvez a mais impactante, tendo em conta o seguimento e número de luminárias é a do cruzamento da Fonte Fria, em Travanca. Referiu que o senhor presidente da junta da freguesia de Armamar, também, já lhe reportou a situação, assim como à EDP. O município, também, já, reportou à EDP. É um assunto que tem de ser resolvido e é uma situação a rever, no futuro, em termos de equipamentos que são colocados na iluminação pública. Não querendo estar a fazer qualquer apreciação técnica o que lhe parece é que o equipamento é demasiado fraco. Conforme já se constatou, mais do que uma vez, desde que foram colocadas essas luminárias Led, aconteceram algumas situações em que basta haver um pico energia ou uma intempérie para trazer consequências graves na iluminação pública. Para o futuro, terá de haver algum cuidado



na aquisição dos equipamentos porque, já, verificamos que esse tipo de luminária não é da melhor qualidade. -----

Quanto à intervenção da senhora presidente de junta de freguesia de Santa Cruz e no que diz respeito à segunda vaga da Covid-19, referiu que todos estarão de acordo que é inevitável que esta venha a ser mais violenta que a primeira. Por aquilo que são as declarações dos entendidos aproxima-se um período difícil das gripes sazonais e esta indiferenciação de sintomas pode levar a que uma segunda vaga tenha um efeito mais negativo que a primeira. Em relação às decisões quase unilaterais das juntas de freguesia, como há de compreender, não se quis manifestar. Concorda que poderia e deveria haver uma tomada de posição unânime em relação a algumas matérias, quer em termos de equipamentos de proteção, como máscaras, quer em relação aos cemitérios e outros. No seu entender, será um trabalho a fazer pelas juntas de freguesia ou com a colaboração da assembleia municipal. Pode, se assim entender, o senhor presidente criar um grupo de trabalho com as juntas de freguesia, para que possa haver uma harmonização das decisões e tomadas de posição, nesta matéria. -----

**Presidente da junta de freguesia de Queimada, Jorge Cambotas,** cumprimentou os presentes e começou por dizer que, todos os anos, há situações que se repetem. Uma delas é o abandono de cães de caça e depois a culpa anda sempre do presidente da junta para o presidente da câmara, do presidente da câmara para a GNR e os cães continuam abandonados e ninguém faz nada. Como se aproxima a época de caça “temos” este problema, em mãos, para resolver e evitar. Depois referiu que, quanto ao tratamento das árvores, o concelho não é composto somente pela freguesia de Armamar, mas sim por um conjunto de freguesias. Quando se faz o tratamento às árvores, em Armamar, também deveria ser feito em todas as freguesias uma vez que estas não têm equipamentos para o fazer. Refere-se a vias públicas e árvores de adorno em todas as freguesias. Outra situação, que reportou no ano anterior, diz respeito à

lagarta do pinheiro de São Domingos. Este ano não houve tantos problemas mas, no ano anterior, a sua freguesia deparou-se com esse problema. No seu entender, cabe ao município cuidar, também, das outras freguesias, já, que o faz na de Armamar, porque estão todas nas mesmas condições e “teríamos” um concelho mais unânime, mais uniforme e mais bonito. Quanto à limpeza de caminhos ou estradas, apesar de em alguns sítios já ser tardio, está melhor do que nos anos anteriores, pelo que deu os parabéns ao executivo, neste aspeto. “Temos é de melhorar”. -----

**Américo Moreira**, cumprimentou os presentes e disse que não era para intervir mas, depois da intervenção do senhor presidente julga que este deve ter cometido um lapso de linguagem quando falou em utente infetado quando, certamente, foram colaboradores. Como cidadão exigente e cumpridor das regras e leis, quis dar o seu contributo e referir que vêm aí tempos muito difíceis. “Deve haver prudência e é preciso começarmos a preparar-nos porque, não tenham dúvidas, - o “bichinho” não vai dar tréguas”. É altura de, no âmbito da assembleia, assim como, localmente, em cada freguesia os presidentes de junta conjuntamente com a câmara municipal, bombeiros, centro de saúde, delegado de saúde e todas as instituições, fazerem um plano de contingência coletivo. Seria ótimo. Acrescentou ao que foi dito pelo senhor presidente sobre os cuidados e empenho que todos tiveram, que fica demonstrado que é possível haver união, humanidade, socorrer e auxiliar aqueles que precisam apesar de que, naturalmente, haverá sempre os arautos, divulgadores do sofrimento e da desgraça alheia, como houve no Facebook. Não vale a pena porque desses não reza a história e cada um receberá aquilo que semeia. Se semeia maldade, ódio ou sofrimento aos outros, é uma questão de tempo, irá colhê-lo, embora isso passe ao lado a muita gente e pode ser um bocado poético, mas não o é. As IPSS estiveram unidas, assim como todas as instituições, sem alarido. Atuou-se muito rápido e o foco ficou limitado àquela família. Felizmente, foi ultrapassado e estão todos bem. -----

**Presidente da câmara municipal**, inicia a sua intervenção respondendo ao senhor presidente de junta de freguesia de Queimada quanto à época de caça que se aproxima e o que pode vir a ser o abandono dos cães. Referiu que, se os caçadores forem cumpridores das regras todos os cães de caça têm de estar registados e possuir um chip e, em caso de abandono, facilmente, serão identificados pelas autoridades. Embora possa haver sempre um ou outro prevaricador. Também é do conhecimento da assembleia que o município de Armamar em conjunto com os de Moimenta da Beira e Tabuaço estão em fase de adjudicação ou já foi adjudicada a obra, conforme acabou de confirmar Luís Silva, para a construção do canil intermunicipal. O prazo de execução rondará os seis a oito meses e, se tudo correr dentro da normalidade, findo este prazo teremos o problema resolvido. Em relação aos pesticidas disse que por vezes não entende algumas afirmações que o senhor presidente de junta faz quando diz que não existe só a junta de Armamar, no concelho. É óbvio que não, mas uma coisa é a freguesia de Armamar, outra é a sede do concelho. A freguesia de Armamar é composta por Armamar, Travanca, Coura e Tões e os serviços da autarquia não fazem a aplicação de pesticidas nesses lugares, fazem-no, apenas, na sede do concelho uma vez que a gestão de espaços verdes é da competência da autarquia. As freguesias do concelho são tratadas todas por igual e não queira tentar gerar alguma confusão ou indiciar que há favorecimento de freguesias em detrimento de outras, porque isso não existe. -----

Em relação à intervenção de Américo Moreira disse não percebeu bem a sua correção pois o que referiu foi que, em relação aos colaboradores das IPSS, a testagem foi feita pela autarquia em colaboração com as IPSS e que depois houve uma testagem aos utentes que foi efetuada pela autoridade de saúde. Partilha da sua preocupação pois, com certeza, que quem tem responsabilidades acrescidas, numa área tão sensível como as IPSS e, neste caso, nas ERPIS que lidam com utentes muito mais frágeis e vulneráveis, precisa de estar preparado para uma segunda vaga. Tem de haver união, espírito de

colaboração e solidariedade uns com os outros, desde as entidades à sociedade civil. É um desígnio de todos e é assim que “temos” de trabalhar para minimizar o impacto desta pandemia, sobretudo, na saúde e na vida das pessoas e, também, o impacto económico que, como é óbvio, esta pandemia trouxe ao país, ao mundo e ao concelho. -----

**José Manuel Marta**, o senhor presidente da câmara disse que o comunicado não é seu. Julga que, aqui, ninguém acredita que o senhor presidente não conhecia o conteúdo do mesmo. Quanto ao respeito pela oposição entende que é muito importante porque se não houver oposição não há democracia e, não havendo alternância de poder, a democracia fica, ainda, muito mais prejudicada. Disse que espera ver, em Armamar, o poder mudar de partido. Seria uma alegria enorme, independentemente de quem seja. Tem essa esperança e pode ser que aconteça nas próximas eleições autárquicas. Claro que é difícil. O senhor presidente bem disse que o PSD ganha as legislativas, as autárquicas e as presidências. *“Pois ganha. Sempre ganhou, mas isso é uma vantagem muito grande para o senhor presidente da câmara que tem um eleitorado, sociologicamente, PSD. Tem de o admitir ou, então, não percebe nada de política. Estou a falar-lhe como professor de ciência política. Há algo importante que eu gostava de lhe dizer - se houvesse uma lista de independentes, sem partidos, corria muito mais o risco de sair do poder. Claro que o seu desejo é que haja várias listas e tudo vão fazer para que isso aconteça. Dividir para reinar. Mas isso é o que eu faria na sua situação. Não estou a dizer que está a fazer mal”*. -----

**Presidente da câmara municipal**, disse que não sabe se José Manuel Marta, ainda, representa o Partido Socialista nesta assembleia municipal, isto porque está tão preocupado com aquilo que foi uma resposta do Partido Social Democrata ao CDS. Por momentos pensou que tinha mudado de partido. O senhor deputado pode ser mestre em ciências políticas e, ainda bem, mas em política local não lhe dá lições. E quanto às posições partidárias de cada um não são para discutir na assembleia municipal. -  
**Apreciação da informação escrita acerca da atividade do município, bem**



como da respetiva situação financeira (cuja cópia passou a constituir o anexo I à ata). -----

Abertas as inscrições usou da palavra o seguinte membro: -----

**Paulo Tolda**, cumprimentou os presentes e disse que o senhor presidente da assembleia acabou por lhe responder, no início da sessão. Contudo, disse que reenviou um e-mail ao auditor com as questões que tinha discutido na última assembleia e não obteve resposta. Verifica que respondeu ao senhor presidente da assembleia mas lamenta o facto de o auditor não ter respondido ao membro da assembleia que lhe colocou a questão. Não sabe porquê, pois entende que não deve haver filtros, nestas situações. Espera que ele tenha respondido às questões que lhe foram colocadas mas deixará isso para ocasião futura. No que respeita ao parecer semestral que o auditor apresentou, disse que o mesmo evidencia uma redução substancial do passivo do município, em especial do corrente. Logicamente, faz-se um parenteses, não para descredibilizar a redução do passivo, mas para dizer que faltará saber o valor que está em causa, de cerca de 5 milhões de euros, deve entrar, ou não e, depois, há algumas questões que deixam dúvidas quanto a procedimentos que podem não estar registados. Um deles, apontado pelo revisor que vem de encontro àquilo que disse o senhor presidente de junta do Vacalar, diz respeito ao contrato da recolha do lixo. Uma despesa que esteve sem contrato durante vários meses, é óbvio que não tem um caderno de encargos bem definido e não pode haver exigências nem um controlo bem definido. Depois, há outro problema, existe um gestor de contrato e a Lei determina que este deve acompanhar os contratos e verificar se, efetivamente, o caderno de encargos prevê as recolhas e sua periodicidade, entre outros aspetos, mas não pode fazer o seu papel se não há contrato. Isto, é só um parenteses para explicar a importância destas questões financeiras. De qualquer forma, não haverá muitas dúvidas de que há uma redução significativa do passivo, o que é comum nos vários municípios porque houve uma paragem com a

Covid-19, com o cancelamento de muitas atividades festivas, transportes, refeições e por aí fora, o que fez reduzir a dívida. Em bom rigor e de forma séria e justa, também, faz com que as taxas de execução de despesas de capital sejam baixas. Contudo, onde queria chegar, em concreto, com esta intervenção é que se o município goza de uma situação financeira que, independentemente de se incluir, ou não, o valor dos 5 milhões de euros, na dívida, que farão diminuir a margem de endividamento, lhe permite de forma responsável aproveitar essa mesma margem para realizar alguns investimentos que são fundamentais e deveriam ser realizados no âmbito de uma estratégia para o concelho. Estratégia que tem, sempre, reclamado em todos os orçamentos porque se não houver uma estratégia bem definida também não sabe muito bem que investimentos se vão fazer. Era importante que, se são estratégicos o Turismo ou a Agricultura e as acessibilidades como já se falou aqui, várias vezes, que estão degradadas, se pudesse, agora, criar um plano de investimentos de acordo com a capacidade de endividamento sustentável do município e que esse plano fosse desenhado pelo executivo, no seu conjunto e com todos os presidentes de junta e, posteriormente, apresentado à assembleia para aprovação. É importante que se faça esse plano de investimentos e que se possa incluir nas Grandes Opções do Plano, por exemplo, para 2021 o que não vai ser fácil porque aprovar o financiamento no Tribunal de Contas, vistos, etc. Está a perder-se tempo se não fizer investimento. Falou-se muito da importância de mitigar os efeitos da Covid-19 e sua propagação mas há que ter em consideração os efeitos económicos da crise e é importante, para todo o concelho, que haja investimento e iniciativas porque vai viver-se um novo paradigma durante algum tempo e, se calhar, até pós Covid e há questões que não são, só, de infraestruturas. Deu como exemplo o município onde trabalha, dizendo que estão a trabalhar na criação de plataformas para colocar online os produtos do concelho ou da região para que possam chegar a mais destinos onde pequenos produtores, de forma gratuita, podem colocar os vinhos, azeite,



compotas, os próprios serviços de alojamento, restauração, etc. Há muitas oportunidades, por exemplo, no teletrabalho há muita gente, não só da administração pública mas também de entidades privadas que pode trabalhar em qualquer parte do mundo. Há algum interesse em virem para o interior nem que seja por períodos temporários. Disse que tem falado com alguns estrangeiros que têm interesse em vir para o Douro trabalhar durante três meses. Instalam-se, consomem, pagam alojamento e as suas despesas e, depois, mudam de sítio, vão para outros locais. Isto traz mais valias para as localidades, pois há criação de riqueza, movimento e massa crítica. É preciso pensar nestas possibilidades e a autarquia pode e deve dar um empurrão e contributo, pois tem gabinetes e técnicos para isso. Em termos de resultados relativos ao semestre, referiu que é fundamental que se faça um plano de investimentos para o concelho, que sejam importantes e, esses, devem ser assumidos, por quem está nas freguesias e pelo executivo, dentro das suas possibilidades porque os timings entre aprovar financiamento, lançar empreitadas, contratualizar e executar são de um ou dois anos. Era importante que isso acontecesse, até porque não deve ser objetivo do senhor presidente ter dívida zero ou, então, como um município que todos devem conhecer que se gabava de não ter dívidas e ter dinheiro a prazo mas, infelizmente, é o município do país com menos população. Na sua ótica, um município que se gabe de ter dinheiro a prazo e de não ter dívidas e, por sua vez, tem uma situação social complicada porque não tem pessoas, nem criou incentivos, nem estruturas para as fixar, é um município que corre o risco de desaparecer. Não é o caso de Armamar que veio de uma situação financeira complexa e, ainda tem, em termos de custos fixos, etc. Mas, tem margem suficiente para fazer investimentos que pode e deve ponderar fazer. -----

**Presidente da câmara municipal**, fez umas breves considerações àquilo que foi a intervenção de Paulo Tolda e em primeiro lugar agradeceu-lhe o mérito que dá à gestão do município, não só, em termos de diminuição do passivo, mas também à condição

financeira em que o município se encontra. É sempre bom ouvir isso de alguém que, para além de não ser do partido maioritário, em termos de executivo municipal, tem conhecimento na área. Em termos de investimentos, já foi falado que o município fez o projeto de regadio do Monte Raso, cuja entidade elegível é a Direção Regional de Agricultura e cabe, agora, ao órgão de gestão do Plano Nacional de Regadios tomar decisões sobre o investimento. Também foi, por diversas vezes, falado em reuniões de executivo e na assembleia municipal a possibilidade de o município recorrer a um empréstimo para investimento nas infraestruturas viárias porque se entende ser uma das prioridades. Como diz Paulo Tolda, o tempo vai passando, urge e é um processo algo moroso mas ninguém mais do que o presidente da câmara gostaria de ter esse processo já aprovado e com as obras em execução. Haverá outros investimentos a fazer, quer no âmbito da agricultura, do turismo, da cultura e da ação social mas, já, se definiu bem qual é a prioridade, neste momento. Para isso será apresentada, posteriormente, a proposta ao executivo e depois à assembleia municipal. -----

**Paulo Tolda**, quis fazer uma pequena correção ao que disse o senhor presidente pois este não deve confundir mérito com constatação de factos. Aquilo que disse foi que, efetivamente, se constatou que a dívida tem diminuído. Se é mérito do executivo ou se são outras situações não referiu isso. Até porque, conforme disse, não é líquido que a dívida esteja toda refletida, assim como não é líquido que não haja situações irregulares que devessem estar refletidas e não estão. Depois, obviamente, que a Covid-19 deu um grande contributo. Independentemente disso sabe-se que tem havido redução mas a dívida tem reduzido porque não tem havido investimento quando deveria haver. Se houvesse uma boa gestão já estava pensado e realizado. -----

**Presidente câmara municipal**, não sabe se é, ou não, uma questão de interpretação ou uma constatação de algum mérito na gestão do município quando Paulo Tolda diz que há, efetivamente, uma redução do passivo e que se constata que o município tem



hoje uma situação financeira muito melhor do que aquela que tinha há alguns anos. Também, diz que não há investimentos e, aí, não concorda porque como todos sabem foram lançados procedimentos de mais de dois milhões de euros de investimento com algumas obras a concurso, outras adjudicadas e outras, já, executadas.

### PERÍODO DA ORDEM DO DIA

**1) Análise e votação da ata da sessão de 29 de junho de 2020** (em substituição da sessão de abril de 2020) -----

Abertas as inscrições ninguém manifestou vontade de intervir. -----

Deliberação: Aprovada, por maioria, com 24 votos a favor e 3 abstenções, a saber: presidente de junta das freguesias de Fontelo, Luís Rodrigues, e Santa Cruz, Sara Gouveia e Ana Azevedo. -----

**2) Análise e votação da ata da sessão de 29 de junho de 2020** -----

Abertas as inscrições ninguém manifestou vontade de intervir. -----

Deliberação: Aprovada, por maioria, com 24 votos a favor e 3 abstenções, a saber: presidente de junta das freguesias de Fontelo, Luís Rodrigues, e Santa Cruz, Sara Gouveia e Joaquim Duarte. -----

**3) Proposta de Fixação de Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis – IMI/2020** -----

Transcrição do teor: -----

*“Dando cumprimento ao estabelecido no artigo 112.º e 112.º-A do Código do IMI, a Câmara Municipal em sua reunião realizada em 11 do corrente mês de setembro aprovou a presente proposta para discussão e aprovação em sessão de Assembleia Municipal, sobre a fixação de taxa de IMI: -----*

*1. Fixar entre 0,30 e 0,45% a taxa de IMI para prédios urbanos, podendo ser fixada por freguesia. -----*

*Em 2019 a taxa aprovada para os prédios urbanos foi de 0,30%, sem distinção por freguesia,*

sendo aplicável aos prédios rústicos a taxa de 0,8%, fixada na alínea a) do n.º 1 do artigo 112.º do CIMI, não sendo objeto de deliberação. -----

2. Aplicar a redução de IMI dos prédios urbanos destinados a habitação própria e permanente dos sujeitos passivos, com o domicílio fiscal na área territorial do município, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do previsto no artigo 13.º do CIRS, compõem o respetivo agregado familiar, de acordo com a seguinte tabela (n.º 1 do artigo 112.º - A do CIMI): -----

Número de dependentes a cargo	Dedução fixa (em €)
1 .....	20
2 .....	40
3 .....	70

O quadro seguinte apresenta o número de agregados com o domicílio fiscal em prédio destinado a habitação própria permanente situado na área territorial do Município de Armamar, o respetivo valor patrimonial tributário e correspondente colete de IMI vigente em 2019. -----

N.º de Dependentes	1	2	3 ou mais
N.º de agregados	233	123	24
Valor patrimonial tributário	9.872.547,79	7.408.338,84	1.545.671,95
Coleta IMI (1)	18.067,97	15.010,65	2.783,03

(1) A coleta tem em consideração as isenções de IMI vigentes em 2019.

Proposta: -----

Fixação da taxa de IMI em 30%, para todas as freguesias, sem distinção e aplicar a redução prevista no n.º 1 do artigo 112.º-A do CIMI.” -----

**Presidente da câmara municipal**, referiu que a presente proposta mantém as taxas e regras do ano transato. Como todos sabem, a assembleia ficou de constituir uma

comissão de trabalho para elaborar um regulamento que poderá permitir outras possibilidades em termos da aplicação deste imposto, com isenções e outras. -----

Abertas as inscrições usou da palavra o seguinte membro: -----

**Paulo Tolda**, sobre a questão do IMI e da taxa nada teve a dizer. Efetivamente, havia a possibilidade, tendo um regulamento, de poderem ser enquadradas algumas isenções. Teve oportunidade, na última assembleia, de deixar um contributo com vista ao início procedimental mas espere-se, então, que o grupo comece a trabalhar. É importante que o façam urgentemente senão, vai entrar um novo ano fiscal sem o regulamento aprovado. Formulou uma questão ao senhor presidente, e era importante que respondesse à assembleia, que se prende com o seguinte: - *“Nós sabemos que Armamar tem aprovadas as ARUS – Áreas de Reabilitação Urbana, no centro da vila e que estas têm um conjunto de benefícios fiscais, nomeadamente, em relação ao IMI. No caso, em concreto, aquilo que determina o estatuto dos benefícios fiscais, basicamente, é que quem fizer obras de reabilitação em edifícios com mais de 30 anos, e aí pode ser em qualquer lugar, ou se reabilitar edifícios em área de reabilitação urbana, tem direito a três anos de isenção de IMI e pode pedir mais cinco se for para investimento em arrendamento ou habitação própria permanente. No entanto, o Regime Jurídico da Reabilitação Urbana diz que quando se aprova ARU e não se aprova em conjunto a ORU – Operações da Reabilitação Urbana que é aquilo que se pretende fazer, em concreto, nas áreas de reabilitação urbana, se dispõe de três anos para as fazer. As ARUS foram publicadas em Diário da República de 7 de julho de 2017, três anos depois está caducada. Sendo assim, a questão que se coloca é: - se alguém fizer um pedido de isenção de IMI, por Lei, dentro de uma ARU, não pode ter benefício porque está caducada? Mas, há um problema mais grave e preocupante. Se, todos os investimentos de que o senhor presidente falou, forem comparticipados no âmbito da regeneração urbana têm um pressuposto que é ver os PEDUS e as ARUS aprovados, a questão é: - como é que isto está a ser pensado e qual é o risco, no mínimo, de a câmara ter de vir a fazer uma série de justificações e fundamentações”?*

**Presidente da câmara municipal**, quanto às questões levantadas por Paulo Tolda referiu que as ARUS, que foram definidas para a zona histórica da sede do concelho, continham uma série de pressupostos que, depois, estariam definidos no PARU – Plano de Ação de Regeneração Urbana e que previam um conjunto de benefícios fiscais para os promotores dessas intervenções mas têm de ser estes a preencher uma série de requisitos e fazer a própria candidatura no âmbito do Plano de Ação para poderem usufruir de alguns apoios, incluindo as isenções ou reduções em termos fiscais. Não tem conhecimento de que algum promotor, dentro da ARU, o tenha feito, até ao momento. Podem vir a fazê-lo e o município não pode ter ferramentas de reabilitação urbana que não cumpram, quer com as expectativas dos promotores, quer com aquilo que a Lei define. A legislação em termos da ARUS e dos PARUS dizia que as ORUS teriam de ser definidas e regulamentadas no prazo de três anos após a aprovação da ARU e isso, ainda, não aconteceu. Há uma equipa a trabalhar na ORU e aquando da elaboração do PDM foram diminuídas as áreas de expansão urbana e a área definida nas zonas não urbanizáveis para que o principal objetivo fosse a reabilitação da sede do concelho e das aldeias porque, como se sabe, sofrem de um grave problema em termos do edificado, estando grande parte dele em ruínas ou desabitado. Esse trabalho está a ser feito, já foi adjudicado a uma empresa e espera-se que até ao final do ano estejam reunidas as condições para aprovar a ORU em reunião de executivo e, depois, em sessão assembleia municipal. -----

Deliberação: Aprovado, por maioria, 26 votos a favor e 1 abstenção, a saber: José Manuel Marta. -----

**4) Transferência de competências – Educação e Saúde** (cuja cópia passou a constituir o anexo II à ata) -----

**Presidente da câmara municipal**, referiu que, como é sabido, a data limite para imposição da delegação de competências em determinadas matérias, no caso em

concreto, nos domínios da educação e da saúde estaria para acontecer no ano de 2021. Ao abrigo do Decreto-Lei 57/2020, o Conselho de Ministros decidiu prorrogar por mais um ano, ou seja, até 2022. No seu entender, quer em matéria de educação, quer de saúde, ainda, há muito para afinar e discutir. Há muito para perceber até “estarmos todos” em condições de aceitar estas competências e, portanto, a proposta que o executivo traz à assembleia é a da não aceitação, para o ano de 2021, da delegação de competências nestas duas vertentes. -----

**Paulo Tolda**, aproveitou para dar um contributo pessoal nesta matéria dizendo que no seu município foi aceite, logo desde o início, a descentralização de competências mas a sua opinião é pessoal e técnica para o âmbito em que está e não vincula no que foi a decisão do presidente da câmara de São João Pesqueira. De qualquer maneira, o assunto só veio a aprovação porque é para não aceitar, caso contrário não teria de vir à assembleia. Concorda que é importante adiar por várias razões. Contou que a educação é uma das competências que o seu município aceitou desde o início do ano e correu bem, sem grandes problemas mas a verdade é que não é uma verdadeira descentralização de competências. Na prática, “nós” somos os intermediários financeiros. Eles dão-nos o dinheiro e “nós” pagamos aos funcionários. Depois, quando é o Ministério da Educação quem gere, há reclamações que são para esse Ministério, quando é o presidente da câmara ou a autarquia, há situações deficitárias que vêm logo à partida e que passam para o ónus. Passou a dar um exemplo caricato disto, dizendo que os contratos associados a eletricidade, limpeza e refeições escolares passam para o âmbito do município e isto é tão absurdo que o governo que definiu este quadro de descentralização, fez o que não devia pois, quando se compra em quantidade é quando se consegue melhores preços. Acontece que, os municípios ao fazerem contratos para refeições para cantinas, a contratarem duzentas refeições por dia, por exemplo, é completamente diferente e, ainda, vinculados ao despacho normativo das refeições que

diz qual é a refeição que tem de ser contratada e o preço que era de 1,46 €, no ano anterior, porque o Ministério da Educação comprava milhões de refeições, passa para 1,90 € porque a câmara só contrata duzentas. A empresa que ganha uma câmara pode não ganhar as outras e o aluno continua a pagar 1,46 € e, depois “dizem-nos” que temos de ver como é que vamos resolver a questão do diferencial. Uma descentralização que devia ser neutra em termos de despesa, começa devagarinho a ter alguma despesa e não se sabe muito bem o que fazer, etc. Depois, as escolas que já estavam numa situação deficitária em termos de rácios, quando é a câmara a gerir é mais um funcionário que é preciso, é mais isto ou aquilo. É uma situação complexa, sem dúvida, mas o pior de tudo não é a questão financeira porque até “podíamos assumir gastar mais algum dinheiro mas ter uma boa educação e poder tomar medidas concretas”. “O problema, como eu costumo dizer, é que nós somos o caseiro e o patrão está, lá, em Lisboa. Deu-nos a chave da quinta, dá-nos dinheiro para pagar a luz, a água e ao pessoal. Depois, fazem-se uns planos, cria-se o conselho municipal de educação, etc”. Na saúde, curiosamente, o processo está mais esquisito porque se aceitou, também, desde o início e, ainda, não a conseguiram passar. Mandaram um e-mail, em agosto, a dar conta de que no início de setembro o município ficaria com as competências. “A nossa preocupação foi perguntar quem são os funcionários e se era preciso fazer procedimentos internos, como introduzir os funcionários no sistema, verificar os contratos que estão em curso, etc, etc”. Reposta zero. Depois, dizia-se nos corredores do Ministério da Saúde, “tenham calma, isto vai ser adiado”. Entretanto, mandaram um e-mail a informar que seria adiado. De qualquer forma, com a questão da Covid-19 e com esta enorme pressão que existe não tem dúvidas de que é importante adiar mais um pouco, negociar e perceber melhor como é que as coisas vão funcionar. Em suma, esta transição, na educação está a funcionar mais ou menos, mas na saúde ainda não têm essa experiência, presumindo que, com a Covid-19, não fosse muito fácil iniciar uma descentralização. -----



Deliberação: Aprovado, por maioria, com 25 votos a favor, 1 voto contra (a saber: José Manuel Marta) e 1 abstenção (a saber: Américo Moreira) a não aceitação da transferência de competências nos domínios da educação e saúde, no ano de 2021. -----

### INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO

Não se registaram intervenções. -----

#### Encerramento da reunião -----

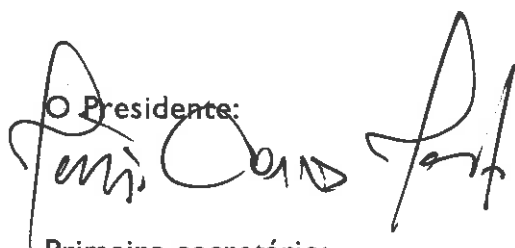
Conforme está disposto no n.º 4 do artigo 57º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi feita a leitura do texto das deliberações, submetendo-o a apreciação e votação sob a forma de minuta. -----

Deliberação: Aprovada, por unanimidade. -----

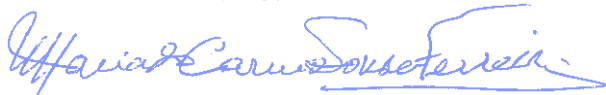
#### 2 - Forma de votação -----

----- Todas as deliberações desta reunião foram votadas sob a forma nominal. -----

----- Não havendo mais nada a tratar, foi pelo presidente da assembleia municipal encerrada a sessão às dezanove horas, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 57.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

O Presidente:  


Primeiro secretário:



Segundo secretário:

